

Dissertação-modelo

Caminhos para reduzir o número de infectados pelo vírus HIV no Brasil

A Aids, doença identificada em 1981, ainda é um tabu social. Isso se deve, em especial, a dois fatores: de um lado, há jovens que confiam demasiadamente na eficiência dos antirretrovirais para tratamento, e, desse modo, expõem-se aos riscos do sexo sem proteção; de outro, há os que, pretendendo fugir de situações discriminatórias, enfrentam veladamente a doença, o que contribui para a morte precoce. Sem dúvida, é preciso implementar políticas públicas para não só reduzir o número de infectados, como também erradicar o preconceito que marca a vida dos soropositivos.

Nesse sentido, estatísticas atuais fornecidas pela OMS registram que, nos últimos dez anos, houve considerável crescimento no número de jovens infectados. Isso ocorreu inclusive no Brasil, muito embora pesquisas sociocomportamentais e epidemiológicas nas áreas de DSTs, assinadas por médicos brasileiros, sejam referências mundiais no combate ao vírus HIV. Fica claro que os jovens de hoje estão mais despreocupados, haja vista o sucesso dos coquetéis antiaids, e, com isso, os cuidados com a prevenção das DSTs diminuíram. Contudo, a desinformação é latente: os medicamentos não matam o vírus – apenas garantem ao infectado um maior tempo de vida. Estatísticas governamentais registram que, só no Brasil, estimam-se 38 mil novos casos por ano.

Entretanto, anota-se que a discriminação é um dos maiores obstáculos para o enfrentamento das DSTs, uma vez que provocam o medo de as pessoas, ao buscarem informações, métodos e até mesmo serviços que visem à redução dos riscos de infecção, serem descobertas – nesse ínterim, quem age assim teme mais o preconceito do que a própria doença, o que, infalivelmente, perpetua a desinformação e agrava o problema. Drauzio Varella, médico brasileiro atuante, destaca a excelência de políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), como o Programa Nacional de Imunizações, que é exemplar ao mundo todo.

Portanto, para reduzir o número de infectados é preciso que os Ministérios da Educação e da Saúde intervenham. Ao primeiro cabe preparar melhor os docentes, por meio de cursos de extensão extracurriculares, a fim de que orientem satisfatoriamente os alunos acerca da necessidade do uso de preservativos para o sexo seguro. Ao segundo cabe oferecer assistência médico-hospitalar mais célere, além de acompanhamento psicológico às pessoas infectadas que resistem ao tratamento, para que sejam convencidas a aceitarem-no. Paralelamente, à sociedade devem ser oferecidas palestras ministradas por profissionais da área das Humanidades, com vista a vencer o preconceito que, estigmatizando pessoas, fere o direito humano de viver com dignidade.

Por Gislaine Buosi

Confira a análise estrutural da dissertação:

Apresentação do assunto;

Antecipação do 1º argumento;

Antecipação do 2º argumento;

Tese – já acena à proposta interventiva;

Desenvolvimento do 1º argumento;

Desenvolvimento do 2º argumento;

Proposta de ações interventivas.